

O papel do Congresso

Entra em vigor, a partir de hoje, uma importante medida provisória, aquela que muda o cálculo da taxa referencial e extingue a TRD (taxa referencial diária). A providência é uma das alvitadas pelo Governo, com o propósito de forçar as baixas dos juros, com vistas a um efetivo combate à inflação.

O Congresso é, uma vez mais, convocado a exercer o papel fundamental de examinar a medida provisória e aprová-la ou melhorá-la, se necessário. Os rituais de discussão, exame e aprovação não são atos mecânicos, desempenhados automaticamente, como se os parlamentares apenas estivessem se desincumbindo de uma tarefa rotineira. As sérias vicissitudes que enfrenta a economia do País impõem aos detentores de mandato popular uma atitude circunspecta e responsável, pois está em jogo o destino de milhões de brasileiros, de todos os recantos.

É bom recordar que a medida provisória com vigência legal a partir de hoje faz parte de um esforço governamental — denominado plano Itamar — que se tornou exigência nacional e que as autoridades procuraram respeitar, como sendo imperativo da vontade popular. Técnicos e economistas de alto conceito trabalharam exaustivamente na concepção do Plano, e as suas conclusões transformaram-se em medidas provisórias e projetos de lei. Tudo de acordo com o figurino do regime democrático, que implica amplos debates, consultas a todos os setores interessados e a colocação dos anseios coletivos em primeiro lugar.

Não há ocupação mais relevante, neste momento, na pauta do Congresso, do que a rápida discussão das medidas propostas pelo Governo, no sentido de se traçar um caminho que leve a economia a rumo seguro e determinado, depois de eliminadas as mazelas costumeiras, as quais impedem a busca da normalidade.

O Plano Itamar, por mais que o hajam criticado os especialistas na matéria, é

uma séria tentativa de minorar alguns males que assolam o País e, simultaneamente, propor novas perspectivas de progresso, com base em alternativas absolutamente realistas.

A agricultura, sempre relegada a menor importância, receberá quatro bilhões de dólares, insuficientes para a redenção do setor, mas certamente bem-vindos e oportunos para quem lida com a precípua ocupação de levar à mesa dos brasileiros os alimentos que escasseiam até para as crianças em idade escolar.

As rodovias, estropiadas por tantos anos de uso e sem as necessárias restaurações, serão submetidas a obras de vulto, num total avaliado em um bilhão de dólares. E esta verba, se bem aplicada, concorrerá para que os bens transportados por todo o território nacional cheguem com segurança a seus destinos. Sem estradas em boas condições, a riqueza nacional circula precariamente e as comunidades são atendidas de modo sofrível, e com sérios riscos para suas populações.

No plano social, o projeto global do Governo prevê a criação imediata de um milhão 300 mil empregos, um modesto socorro à situação de crise, mas que significa um passo decisivo, comparando-se o desempenho do atual Governo com o do anterior.

O Congresso, que se mostrou à altura das responsabilidades ao conduzir o País através de uma senda perigosa, nos últimos meses, é chamado a cumprir, novamente, papel de indiscutível grandiosidade. Do bom senso e da aplicação dos parlamentares dependem não só a aprovação das propostas do governo Itamar Franco, mas também, e principalmente, o restabelecimento da confiança do povo em suas instituições. Se os cidadãos brasileiros não voltarem a acreditar nas autoridades governamentais, o Brasil caminhará para o caos, que parece ser uma inegável aspiração dos conspiradores de todos os matizes.